

### *De uma senhora só*

Entramos no apartamento da mãe de Aída.

Tudo modesto, pobre, a solidão em cada peça. O lugar da menina, vago. Vazia a cadeia. O leito de môça, arrumado. Sôbre a penteadeira, o creme de rosto, a escôva de cabelos, o pó de arroz. Noutra móvel, também em cima, um retrato ampliado, os cadernos de inglês (o inglês que a mataria), uma pequena imagem de Maria Goretti, a mártir que ela repetiria. Nos armários, blusas, anáguas, vestidos simples. Tudo realmente pobre, mostrando uma vida difícil. A vida de uma senhora viúva que chegou ao Rio, cidade grande e hostil, com quatro meninos e uma menina, e trabalhava nos serviços mais humildes de um educandário para criá-los. De uma dedicada mãe que os vê rapazes, que vê a menina, linda, inteligente e séria, não voltar uma noite ao lar, e vai encontrá-la, numa poça de sangue, sôbre o calçada. “— Sem ao menos respirar. Sem ao menos me dizer mamãe — e depois morrer. Sem me

beijar pela última vez. Sem encostar em meu rosto a sua pele fininha, deixar cair sôbre mim os seus olhos que eu vi crescer, tôdas as manhãs, tôdas as noites, eu que adivinhava até a presença dela, pelo andar, pelos passos, pelo bater de uma porta, pela tosse, por tudo que eu não sei explicar, por tudo quanto agora eu quero esquecer e não posso. Não que eu não compreenda o sofrimento de outra mãe, como a do Cácio, que sofre por ter um filho em circunstâncias assim. Não que eu me irrite ao lembrar o ar sarcástico da mãe de Ronaldo no Tribunal, e o sorriso zombeteiro com que êle, o monstrinho de óculos negros, me fitava. Eu não faço questão da sentença em si, da punição em si, do castigo aos culpados. Quando recusei ao monge Daniel, do Convento de Santo Antônio, um cartão de boas-festas, de Feliz Natal, ao Cácio, não o fiz por ódio. Deixo a Deus a tarefa de perdoá-los ou não. De que eu faço questão? É da necessidade de Aída não ter morrido em vão. De não ter defendido inútilmente a sua pureza. De que o sacrifício de sua vida valha alguma coisa para as môças que não preferirem o silêncio à desonra. Queria que os pais vissem as filhas môças saírem à rua desta cidade e tivessem a quase certeza de que elas voltariam. Como não voltou minha filha. De que os juízes ajudassem a manter os fundamentos de uma sociedade que se apoiasse mais no bom-senso do que nesses parágrafos de lei que eu não entendo — êsses parágrafos de lei fria que procura subtrair ao julgamento dois dos assassinos e torna a morte de minha Aída, nesta cidade irresponsável, apenas morte natural.”

Senhor Juiz:

Não teria sido mais justo que a sua sentença procurasse, num dos interstícios da Lei, a forma de permitir que os acusados respondessem, frontalmente, pela acusação que lhes é feita, e não serem impronunciados, desligados do processo simplesmente por uma falha processual que Vossa Senhoria

imagina ter encontrado num lapso de memória da família da morta?

Não teria sido mais justo que V. S<sup>a</sup>, ao agir como juiz, não esquecesse a sua condição de homem, de chefe de família, talvez de pai, e ao menos permitisse a livre apreciação das provas — e não a obstruísse dessa forma quase insensata, nessa manifestação súbita de fanatismo jurídico ultrapassado — porque a Lei não é apenas o livro que a contém, mas o caráter, o bom-senso e a equidade do homem que a interpreta, pois, do contrário, em vez de juizes, teríamos quadros luminosos e numerados à parede dos tribunais, e não homens inteligentes e cultos como Vossa Senhoria?

Ilustre e insuspeito Souza Netto, ao libertar os acusados, ao tornar vazios os seus lugares nesse tribunal, ao procurar afastá-los do pronunciamento da própria Justiça, Vossa Senhoria lhes tomou o lugar ante um tribunal onde nem sempre a situação casa com a regra, mas o bom-senso anda sempre a par com a Justiça.

Ronaldo e o porteiro Antônio podem, por um passe de mágica do ilimitado conhecimento jurídico enfeixado nas mãos do juiz inteligente, ser subtraídos ao Tribunal do Júri. Mas o Juiz Souza Netto se apresenta agora ao tribunal da opinião pública, onde as leis não são fórmulas frias e engavetadas, onde o homem comparece ao julgamento do homem, onde os juizes também são julgados como homens e não como máquinas, não como autômatos de leis.

Se dependesse de mim, Meritíssimo, eu o absolveria e simplesmente o entregaria, livre, ao tribunal da sua própria consciência, onde devem caber ao menos as poucas letras de um nome: Aída.